

TURISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: O CASO DA NOVA PONTE EM ILHÉUS- BA

Jaqueliny Lemos Moreira[1]
Gilselia Lemos Moreira[2]

Palavras-chave: a produção capitalista do espaço; lavoura cacaueira; segregação socioespacial

INTRODUÇÃO

O presente texto procura discutir a relação entre a produção capitalista do espaço urbano induzida pelas expressões urbanização, turismo e exclusão social, tomando como exemplo empírico o caso da construção da ponte estaiada, localizada na zona sul, uma área estratégica da cidade de Ilhéus. O permanente estado de metamorfose da referida zona é diretamente proporcional à atenção dispensada pelo poder público a esta região que abriga bairros, loteamentos e condomínios de médio e alto padrão. Ao apresentar a crítica sobre a função da nova ponte, unir ou segregar, colocamos em relevo a segregação e o controle do espaço na/da cidade como estratégias adotadas pela classe dominante da qual fazem parte proprietários fundiários, promotores imobiliários e o próprio Estado.

A cidade de Ilhéus, também conhecida como a "Princesinha do Sul", concentra sua oferta turística em atividades ligadas à sua extensa orla marítima. Ilhéus fica a cerca de 450km de distância da cidade de Salvador, capital do estado. O cacau é de extrema importância na história de desenvolvimento dessa importante urbe do sul da Bahia, pois, além de incitar a urbanização, estimulou as principais atividades econômicas, considerando a agricultura, cuja base é a lavoura cacaueira, o comércio e o turismo. Logo, campo e cidade se articulam e se complementam na determinação dos lugares de ocupação humana,

[1] Bacharel em Direito, Faculdade de Tecnologia e Ciências .
[2] Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo- USP. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz, atua na áreas de ensino, planejamento e Turismo

apropriação e investimentos, nessa cidade. O cenário urbano que se faz presente na atualidade evidencia um surto de urbanização em direção à zona sul, que teve início com a construção da ponte Ilhéus/Pontal na década de 1960, sobre o rio Cachoeira.

Essa ponte contribuiu para alavancar o turismo nessa região, que abriga o aeroporto, hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia e as principais praias urbanas de Ilhéus. Mas, após 40 anos de inaugurada, a velha ponte já não correspondia às necessidades reais da cidade, devido à lentidão em razão da grande quantidade de veículos, pois o trânsito começou a acumular na avenida Lomanto Junior, principal corredor da região em tela. Ocorre que esta zona é também rota de turismo e o intenso fluxo de automóveis prejudicava sobremaneira a mobilidade dessa/nessa região que colapsava em horários de pico, principalmente no período de férias.

Frente a esses obstáculos, o projeto de construção de uma nova ponte teve como álibi garantir fluidez mais rápida na/da cidade. Todavia, a questão fulcral atinente à construção de uma nova ponte, que se desenhou e promoveu um amplo debate, foi a localização de uma outra ponte, que conectasse o centro à zona sul. Ocorre que o sítio escolhido para construção da nova ponte acolhia, além da Baia de Pontal, um loteamento habitado por dezenas de famílias. Estamos falando da desapropriação e demolição de mais de 100 casas. Ante o exposto, o problema concreto que se coloca é o de como se dá a segregação e o controle do espaço na/da cidade pela construção da nova ponte, a degradação da natureza e a destruição do movimento da vida pelo abandono do lugar.

Pretende-se com essa assertiva chamar a atenção sobre o sentido de ameaça ao equilíbrio ambiental, ao convívio social e à possível liquidação da vida urbana para os atingidos. É preciso advertir que não se trata de simples oposição à construção da nova ponte, uma vez que a implantação dessas infraestruturas favorece as condições de acesso e a mobilidade dos/nos lugares, mas nesse processo há, também, perdas. Nesse caso, se faz necessário identificar e pensar o sentido dessas perdas e discutir o lado perverso desse processo. Cabe a reflexão: será que a escolha dos espaços de abrigo de grandes empreendimentos pelo Estado é sempre uma opção política que convém ao capital?

METODOLOGIA

Para tornar esse estudo concreto, adotou-se uma abordagem de corte qualitativo, de caráter exploratório-interpretativo. De acordo com Dencker (1998), esse tipo de abordagem caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas a observação, a entrevista e a análise de documentos. Sendo assim, adotou-se o levantamento bibliográfico, arrolando referências que subsidiaram o aporte teórico desse estudo. Esse procedimento se deu por meio de investigação telematizada (sites), pesquisa em teses, artigos científicos, jornais, livros e periódicos; levantamento de dados em documentos de arquivos públicos, fontes estatísticas (IBGE), material fotográfico, cartográfico e pesquisa de campo, mediante observação não estruturada.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Antes de abordar os resultados, é importante apresentar geograficamente Ilhéus. Para quem não conhece, esse município, que está situado na mesorregião do Sul Baiano, na microrregião Ilhéus-Itabuna, que dista cerca de 450km da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, possui área de 1.588,555 Km² e população estimada de 157.639 pessoas

(IBGE, 2021). As condições naturais de solo e clima de Ilhéus produziram as plantações de cacau que impulsionaram não apenas o desenvolvimento desse município, mas de toda região sul da Bahia. Em Ilhéus, além do cacau, existe uma variedade de belezas cênicas com um potencial extraordinário para desenvolvimento do turismo de sol e mar, graças à extensa orla de 80 km (PROJETO ORLA, 2007).

Vale dizer que o turismo entre outras atividades econômicas tem contribuído para o fortalecimento da economia local (ANDRADE, 2003; CARVALHO et al., 2011; MOREIRA, 2013). Antes de darmos prosseguimento a essa discussão, é preciso advertir que, apesar dos dados geográficos apresentados caracterizarem o município, o nosso olhar se volta à sede que leva o mesmo nome. A zona sul da cidade, além de ser o recorte espacial dessa pesquisa, é também a principal rota de turismo de Ilhéus. Ao longo de mais de 40 anos, o acesso do centro à região em tela se deu pela ponte Ilhéus/Pontal, todavia, outra ponte foi construída também conectando o centro à zona sul.

Ante o exposto, a questão que se coloca é por que foi criado mais um corredor logístico, ligando o centro à zona sul, se já existe a ponte Ilhéus/Pontal? A resposta a essa questão parece óbvia, a ausência de fluidez. A construção da nova ponte teve como álibi pelo Estado garantir fluidez mais rápida na/da cidade. A integração física do centro com a zona sul era a ideia dominante, bem como a noção de região de expansão urbana.

Uma ponte é uma infraestrutura que carrega consigo a ideia fabricada de progresso e desenvolvimento, mas nesse caso implicou em perdas, traduzidas na possibilidade de impactos ambientais na Baia de Pontal e consequente promovendo segregação pela desapropriação e demolição de mais de 100 casas e até de um prédio escolar no loteamento chamado Nova Brasília. Estamos falando de uma população atingida composta na ampla maioria por famílias de baixa renda, sujeitas aos impactos negativos da construção da ponte (GOMES, 2019). De acordo com Reis (2018, p. 1),

O Terreiro Guaniá de Oiá, fundado por Mãe Laura e um dos dois que ainda resistem no Pontal, corre o risco de desapropriação para a construção da estrada que dá acesso à nova ponte. A decisão dos órgãos públicos não leva em consideração o fato de que ali está um território considerado sagrado pela tradição. Mais uma vez existe a possibilidade dar voz de uma população tão marginalizada não ser ouvida em detrimento de um ideal de progresso.

Portanto, do ângulo de vista dessa análise, a nova ponte adiciona inúmeros desafios e conflitos à realidade dos atingidos, a qual já é marcada pela desigualdade. Nesse caso particular, é indispensável articular o papel da segregação urbana (ALVES, 2011) na produção da desigualdade e da dominação espacial (RODRIGUES, 2007). É importante lembrar que nesse processo, o Estado é indutor de investimentos e de interesses, enquanto um catalisador da valorização do espaço urbano (HARVEY, 2005) e da atratividade de investimentos para a área em questão. A ponte Ilhéus/Pontal concluída em 1966 trouxe o turismo para a zona sul e muito contribuiu para a expansão urbana dessa região (OLIVEIRA, 2008).

De certo, a acelerada urbanização da/na zona sul é um reflexo da disputa entre os diversos agentes capitalistas pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros de localização (RIBEIRO, 2015). Existe claramente uma lógica de transformação da região em tela pós construção da nova ponte, que tende a favorecer grupos privilegiados economicamente. Entendemos que a nova ponte significa o reforço da cidade

funcional e sectária “porque a segregação em geral e em inúmeras de suas manifestações “oficiais” é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial” (VILLAÇA, p. 48, 2012).

Entender essas dinâmicas e as estratégias do capital na produção do espaço é um desafio, e nesse caso envolve discutir essa pauta considerando a perspectiva dos desapropriados. É preciso dar visibilidade às opressões e expor a capacidade de resistência dos atingidos para pensar o urbano e assim ampliar a luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado e os demais agentes hegemônicos tateiam estratégias e novas formas para criar condições para o desenvolvimento do capital. Essas estratégias e articulações são dadas por leis e decretos de interpretações normativas, ações representadas por meio de políticas públicas e empreendimentos que permitem reorganizar o espaço para o desenvolvimento da economia em diferentes escalas espaciais. No processo de produção do espaço urbano de Ilhéus, não mais o rural, mas o urbano passa a ser o lócus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e de novos padrões de relações sociais. A estratégia dos sujeitos hegemônicos para este fim é clara: constrói-se um discurso pautado na ideia de desenvolvimento urbano e bem-estar social, para justificar a construção de uma nova ponte. Ante o exposto, é preciso reforçar que não se trata de simples oposição à construção da nova ponte, mas trazer à baila o lado perverso desse processo, que envolve o abandono pelos expropriados do lugar, de suas casas e do convívio social com a vizinhança para dar lugar à fluidez na/da cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. A segregação socioespacial na metrópole paulista. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29 - Especial, p. 33-42, 2011. Disponível em: https://docplayer.com.br/125544147-A-segregacao-socioespacial-na-metropole-paulista-gloria-da-anunciacao-alves.html. Acesso em: 16 abr. 2023.

ANDRADE, Maria Palma. Ilhéus: passado e presente. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

CARVALHO, Karoliny Diniz et al. Turismo cultural e interpretativo na cidade de Ilhéus (BA): uma proposta de revitalização para a avenida Soares Lopes. CVTempespaço, Caderno Virtual de Turismo, v. 11, n. 2, p. 205-216, 2011. Disponível em http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/554. Acesso em: 12 abr. 2023.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Metodologia da pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

GOMES, Larissa Bastos dos Santos. A ponte Centro-Pontal na cidade de Ilhéus: os impactos na vivência do lugar pelos moradores do seu entorno/percurso. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, p. 17, 2019.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

MOREIRA, Gilsélia Lemos. Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo. GeoTextos, v. 9, n. 1, p. 129-150, jul. 2013.

OLIVEIRA, Olga Maria Góes de. A expansão urbana da cidade de Ilhéus – Bahia e a ocupação dos manguezais: o caso do bairro São Domingos. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, 2008.

PROJETO ORLA. Plano de gestão integrada: Ilhéus/Bahia. 2007. Disponível em: https://nossailheus.org.br/wp-content/uploads/2016/11/projeto-orla-ilheus.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

REIS, Lismar Lucas Santos dos. "Quando essa ponte vir, o Pontal muda": As transformações na paisagem do Pontal sob o olhar das comunidades de terreiro (1964-2018). In: IX Encontro Estadual de História, 9., 2018, Santo Antônio de Jesus. Anais [...] Santo Antônio de Jesus: 2018, p. 1-6. Disponível em http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares2?AREA=12>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. Scripta Nova revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. XI, n. 245 (33), 1 ago. 2007. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24533.htm. Acesso em: 16 abr. 2025.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.